

MST: REORGANIZAÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL DOS ASSENTAMENTOS E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS

Alexandre D. Ribas¹

Introdução.

Na última década desencadeou-se um processo de (re)ordenamento político - territorial dos assentamentos de reforma agrária vinculados à estrutura organizativa do MST. Nesse processo materializou-se a lógica da organização cooperativa da produção, tendo como base estratégica - organizacional, num primeiro momento, a implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), em 1992, que tem como base no assentamento, a formação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) e Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CPS's). No estado constituem a Central Cooperativa dos Assentados (CCA's), tendo como resultado a organização da CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), que consolidou-se dentro de um processo cumulativo de debates e experiências inerentes à verticalização político ideológica do MST.

A organização cooperativa é entendida como uma forma de organização do trabalho e da produção, cujo objetivo é expressar, enquanto resultados concretos, a sua própria viabilidade socioeconômica e o processo de gestão político - territorial em pauta. Ou seja, a cooperação agrícola, internamente ao MST, coloca-se como uma estrutura socioeconômica cuja introspecção volta-se para a própria consolidação da sua sustentabilidade político - ideológica.

Assim, este texto está voltado para a explicitação de um aprofundamento teórico - conceitual acerca da temática em questão, sendo que num primeiro momento direcionaremos a análise para a compreensão do processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), contextualizando e explicitando a essência e o sentido dessa expressão tático - estratégica ao processo de verticalização e ordenamento político - territorial do MST no Brasil. Num segundo momento, o objetivo é enfatizar a compreensão da diferencialidade de inserção dos assentados na lógica dessa estrutura de organização da produção, ou seja, as formas de cooperação internamente ao MST são diversas, tendo desde formas mais simples de organização, como é o caso dos mutirões, até as mais complexas, como é o caso das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), o que evidencia a importância de se entender as contradições dessa diferencialidade, tanto do ponto de vista da estrutura política e organizativa do MST, como da própria diversidade concernente ao espectro sóciopolítico e cultural dos assentados.

Um outro ponto de fundamental importância caminha no sentido de que a questão posta deve estar subordinada ao instrumental teórico-metodológico adotado, como forma de propiciar a produção de uma "leitura" geográfica do fenômeno, ou seja, não tem sentido estudar a

¹ Aluno do 4º Ano do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP, membro NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária), sob coordenação do Prof. Bernardo Mançano Fernandes e membro do CEGeT (Centro de Estudos da Geografia do Trabalho), sob coordenação do Prof. Antonio Thomaz Júnior.

organização cooperativa como um fenômeno em si, mas sim geografizá-lo., compreendendo o ordenamento territorial do fato social, partindo da idéia de que o espaço geográfico não se expressa enquanto um cenário estanque, produzido por uma distribuição aleatória de objetos e fatos num tempo determinado, mas como ordenamento territorial, resultante do próprio movimento contraditório da sociedade².

O Processo de Consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados e a Expressão Político-Territorial do MST.

O processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e, por conseguinte, de territorialização da organização cooperativa da produção nos assentamentos de reforma agrária, está acoplado a um espectro mais amplo de verticalização político-ideológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), imbricada à dinâmica de enraizamento e consecução de seu projeto de gestão político-territorial. Dessa forma, faz-se necessário apresentar uma breve análise concernente à gênese e natureza do MST, enquanto uma organização institucionalizada de luta pela terra e pela reforma agrária. A gênese do MST deve ser compreendida no âmbito de 3 aspectos/processos:

a) **Aspecto Sócioeconômico:** refere-se, basicamente, às transformações recentes da agricultura brasileira, principalmente assentadas em meados da década de 60, tendo como aparato o processo de “modernização” do processo produtivo e das relações de produção, cujo resultado foi a maximização de uma mecanização intensiva e, por conseguinte, a expulsão de uma diversidade de categorias de trabalhadores e proprietários (meeiros, arrendatários, posseiros, meeiros, etc.), materializando a hegemonia das relações de trabalho consubstanciadas na prática do assalariamento. Esse excedente de força de trabalho, num primeiro momento, deslocou-se/transferiu-se para as regiões de fronteiras agrícolas (Região Centro-Oeste, principalmente), seguindo a lógica dos projetos de colonização, coordenados e acoplados às práticas políticas do governo militar e, uma outra parcela, transferiu-se para as cidades, que apresentavam um momento de surto industrial e de assentamento/enraizamento do processo de urbanização, visando atender às demandas da força de trabalho industrial e consolidar a lógica da constituição de um “exército industrial de reserva” permanente, subordinada a essência hegemônica do processo de reprodução e acumulação do capital.

Ambos os flancos de “atração” dessa força de trabalho excedente passaram a expressar seus limites e contradições, sendo que nas regiões de fronteiras os camponeses não conseguiam reproduzir-se enquanto categoria e nas cidades grande parte dessa força de trabalho excedente emergiu-se na marginalização. Como resposta a esse processo, inicia-se a dinâmica de organização e resistência por parte desse contingente de expropriados, resultando assim, a partir de um processo cumulativo de lutas dispersas pelo território, a gênese do MST, primordialmente, na Região Centro-Sul do Brasil (São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul).

b) **Aspecto ideológico:** refere-se à participação e influência ideológica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Igreja Luterana, como potencializadores de uma organização e

² Mais detalhes sobre a idéia de ordenação territorial da sociedade ver Thomaz Jr., 1996.

conscientização coletiva, tendo como aparato preceitos místicos e religiosos, resultando na consolidação do espaço de socialização política, espaço este de suma importância para a compreensão do processo de territorialização e espacialização do MST no Brasil³.

c) Processo de Democratização do País: o MST teve sua gênese, a partir dos anos 70, acoplada a um processo mais amplo de discussões voltadas à propagação de um discurso contra-hegemônico à ditadura militar. Dessa forma, as condições objetivas da época propiciaram a confluência de forças políticas (Sindicatos, Partidos Políticos, etc.) favoráveis à solidificação e surgimento do MST, enraizado e concretizado, em 1984, com a realização do I Encontro Nacional, realizado em Cascavel/PR.

As reflexões, principalmente por parte das lideranças do MST, acerca da organização da produção estiveram imbricadas ao processo de territorialização do MST no Brasil, sendo que iniciaram-se a partir da consolidação dos primeiros assentamentos organizados por este (MST). Nesse primeiro período (1979-1985), tem-se a hegemonia do **individualismo**, no qual a conquista da terra era concebida como objetivo máximo e o que existia, em nível de metodologias de organização, eram algumas experiências dimensionadas/coordenadas pela Igreja, por meio de grupos comunitários e associações informais, baseada nos fatos retratados na Bíblia, um trabalho, basicamente, de mutirão e limitados aos ideais cristãos, ou seja, o nível de cooperação era espontâneo. Assim, a principal dificuldade era a conscientização dos assentados, no que tange às barreiras da hegemonia do trabalho individual e a acerca da necessidade da construção de um espaço de debates e discussões e, por conseguinte, de ações práticas direcionadas à verticalização da organização da produção. Faz-se necessário ressaltar que no período pós-ditadura há uma redução significativa dos subsídios voltados à pequena produção, fato este que propiciou a concretização da primeira luta, internamente à égide organizativa do MST, com relação a produção, com a formação da Comissão Nacional do PROCERA, em 1986, sendo, portanto, uma faceta corporativa da organização dos assentados no que diz respeito a multiplicação e acumulação dos debates acerca da questão da organização cooperativa da produção.

No período de 1986-1990 os debates acerca da questão em pauta vão sendo aprofundados, com a participação de técnicos, vinculados ideologicamente, além da realização de diversas viagens (Israel, Espanha, Cuba, etc.), por parte de algumas lideranças, afim de conhecer e estudar uma diversidade de experiências e debates já acumulados em outros países. Desse modo, iniciou-se o processo de estruturação de uma proposta direcionada à organização da produção, sendo que consolidou-se a idéia da necessidade de diferenciação entre associação e cooperativa e a opção pela implementação da prática de organização cooperativa. Esse período caracteriza-se por um processo de sistematização e estudos, no qual solidifica-se, paulatinamente, a idéia de acoplar a cooperação como uma forma de potencializar o desenvolvimento socioeconômico, desde formas mais simples de organização (mutirões) até formas mais complexas (Cooperativas de Produção Agropecuária). Faz-se necessário ressaltar que um momento/fato importante para o processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados diz respeito ao redimensionamento do ordenamento político do MST como um todo (surgimento da palavra de ordem “ocupar, resistir e produzir”), sendo que a organização da

³ Para um maior aprofundamento do conceito de espaço de socialização política ver Fernandes, 1996.

produção passou a assumir um papel dentro de seu projeto político-estratégico, já que a conjuntura política desse período subsequente (Governo Fernando Collor de Melo) caracterizou-se por uma repressão intensa por parte do governo federal, o que criou uma série de obstáculos para que o MST desenvolvesse sua tática de ocupações massivas de terra, o que resultou numa etapa/necessidade de “voltar-se para dentro”, ou seja, o MST canalizou o seu debate e sua práxis para a construção, constituição e consolidação dos seus setores e, concomitantemente, para a solidificação e estruturação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), sendo que o objetivo era verticalizar a proposta de organização interna (organização da produção, etc.), como forma de sustentação do projeto político em pauta e resistência à adversidade da política conjuntural.

Um outro elemento importante que propiciou a consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados nesse período diz respeito as novas leis, peculiarmente no que tange a fundação e regulamentação das cooperativas, promulgadas na Constituição de 1988. Ampliando o espectro do cenário posto em questão, um outro elemento que compõe a temática que direcionamos nessas reflexões, enraíza-se no fato de que o esquema cooperativo adotado pelo MST foi viabilizado a partir da alteração da Lei 8.949/94, tendo a inclusão do artigo 442 da CLT, no qual qualquer seja o ramo cooperativo não existe vínculo empregatício entre os associados e a cooperativa e nem entre esta com os tomadores de seus serviços que, por outro lado causou outros desdobramentos territoriais, como é o caso das transformação das relações de trabalho no campo, no qual, principalmente na citricultura e mais recentemente no algodão e na cana-de-açúcar, maximizou-se o processo de flexibilização das relações de trabalho, por meio da contratação, por parte das empresas, sob o gerenciamento das cooperativas de mão-de-obra, dimensionando assim, a prática da contratação informal, que traz como consequência para o trabalhador assalariado a perda de alguns direitos e conquistas sociais garantidos com a Constituição de 88, tais como: descanso semanal remunerado, 13º salário, licença maternidade, FGTS etc. Assim, a mesma base legislativa no qual o MST assenta sua organização cooperativa, expressa, enquanto desdobramento territorial diferenciado, o processo de flexibilização das relações de trabalho, por meio da contratação sob os moldes das cooperativas de mão-de-obra⁴.

A partir da implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados, os debates passaram a ser direcionados com o objetivo de consolidar a proposta de implementação de cooperativas, imbricada à estrutura organizativa do MST em escala nacional. A primeira idéia que surgiu refere-se a criação de uma Cooperativa Nacional de Crédito, mas que com o aprofundamento dos debates acabou sendo rejeitada devido a sua inviabilidade calcada em suas potenciais restrições legais. A Direção Nacional do MST chegou a conclusão da necessidade de criação de um centro organizativo geral vinculado, inclusive, à legislação e como resultado de um Seminário realizado em Curitiba, em maio de 1992, para discutir a organização da produção, surge a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), resultante de um processo cumulativo de debates e experiências, concretizadas, inicialmente, a partir de 4 Cooperativas Centrais, nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, inerentes ao processo de territorialização do MST. A criação da CONCRAB significou a consecução do aparato legal, vislumbrando, do ponto de vista organizativo a posterior consolidação e

⁴ Mais detalhes sobre as cooperativas de mão-de-obra ver: Silva, P. R. C. E Gebara, J. J.; Pinotti, 1997.

implementação, em escala nacional, do SCA, cujo sentido ideológico é acoplar uma totalidade de assentados para a continuação do debate do vir a ser do desenvolvimento das práticas políticas voltadas à cooperativização, já que a CONCRAB limita a participação aos associados. A CONCRAB congregava, em 1996, 45 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), (tabela 1), 10 Cooperativas Regionais de Comercialização e Prestação de Serviços (tabela 2), dezenas de associações e 8 Cooperativas Centrais de Reforma Agrária nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraná.

Tabela 1. Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's)

UF	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	SIGLA	COOPERATIVAS	Nº DE SÓCIOS
BA	ALCOBAÇA	PROJETO 4045	COPRANOVA	COOP. DE PROD. AGROP. NOVA SOCIEDADE LTDA	30
BA	ARATACA	TERRA VISTA	COOPRASUL	COOP. DE PROD. AGROP. CONSTRUINDO O SOL	100
BA	PRADO	1º DE ABRIL	COOPRAUNIÃO	COOP. DE PROD. UNIDOS VENCEREMOS	28
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	FAZ. AMARALINA	COOPAA	COOP. DE AGROP. FAZ. AMARALINA LTDA	128
CE	CANINDÉ	VITÓRIA	COOPAVI	COOP. DE PROD. AGROP. DE VITÓRIA	56
CE	ITAREMA	LAGOA DO MINEIRO	COPAGLAN	COOP. DE PROD. AGROP. LAGOA DO MINEIRO	140
CE	MADALENA	25 DE MAIO	COPAMA	COOP. DE PROD. AGROP. DO ASS. 25 DE MAIO	80
CE	M. TABOSA	SANTANA	COPAGUIA	COOP. DE PROD. AGROP. COPAGUIA	54
ES	ECOPORANGA	VALE OURO	COOPANE	COOP. DE PROD. AGROP. NOVA ESPERANÇA	48
ES	NOVA VENÉCIA	PIP NUK	COOPOAP	COOP. DE PROD. AGROP. ASSEMT. PIP NUK	40
ES	SÃO GAB. DA PALHA	13 DE MAIO	COOPRANOVAS	COOP. DE PROD. AGROP. NOVA SOCIEDADE	45
ES	SÃO MATEUS	VALE DA VITÓRIA	COOPRAVA	COOP. DE PROD. AGROP. VALE DA VITÓRIA	65
MA	VITÓRIA DO MEARIM	VILA DIAMANTE	COOPERVID	COOP. AGROP. DOS PEQ. PROD. DA V. DIAMANTE	72
MS	ANASTÁCIO	SÃO MANOEL	COPAL	COOP. DE PROD. AGROP. CANUDOS	28
PE	ARCO VERDE	PEDRA VERMELHA	COPRAV	COOP. DE PROD. AGROP. PEDRA VERMELHA	30
PE	RIBEIRÃO	SERRINHA	COOPASE	COOP. DE PROD. AGROP. SERRINHA LTDA	20
PE	BONITO	SERRA QUILOMBOS		COOP. DE PROD. AGROP. SERRA DOS QUILOMBOS	30
PE	TIMBAÚBA	PANORAMA	COOPAPA	COOP. DE PROD. AGROP. PANORAMA LTDA	20

PR	LINDOESTE	VERDUM	COPRAC	COOP. DE PROD. AGROP. CAMPONESA LTDA	20
PR	PARANACITY	SANTA MARIA	COPAVI	COOP. DE PROD. AGROP. VITÓRIA LTDA	37
PR	QUER. DO NORTE	PORTAL DO TIGRE	COPACO	COOP. DE PROD. AGROP. CONQUISTA LTDA	31
PR	PITANGA	CASCATA	COPROAG	COOP. DE PROD. AGROP. 5 DE AGOSTO LTDA	20
PR	PITANGA	OTTO CUNHA	COOPROSERP	COOP. DE PROD. E SERVIÇOS DE PITANGA	54

Fonte: CONCRAB, 1996.

Tabela 1 (continuação). Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's)

UF	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	SIGLA	COOPERATIVAS	Nº DE SÓCIOS
RS	CHARQUEADAS	30 DE MAIO	COPAC	COOP. DE PROD. AGROP. DOS ASSENT. DE CHARQUEADAS	58
RS	ELDORADO DO SUL	IRGA	COPAEL	COOP. DE PROD. AGROP. ELDORADO DO SUL	46
RS	HULHA NEGRA	CONQ. DA FRONTEIRA	COPAU	COOP. DE PROD. UNIÃO LIBERTADORA LTDA	38
RS	JÚLIO DE CASTILHOS	NOVA RAMADA	COOPANOR	COOP. DE PROD. NOVA RAMADA	52
RS	PONTÃO	ANONNI	COPAGRI	COOP. DE PROD. AGROP. SERRANA	15
RS	SALTO DO JACUÍ	RINCÃO DO IVAÍ	COPARIL	COOP. DE PROD. AGROP. RINCÃO DO IVAÍ	54
RS	NOVO BARREIRO	PEQUENOS AGRICULTORES	COOBAPA	COOP. DE PROD. AGROP. BARREIRENSE	650
RS	CONSTANTINA	PEQUENOS AGRICULTORES	COOPAC	COOP. DE PROD. AGROP. CONSTANTINA	700
RS	TRINDADE DO SUL	TRINDADE DO SUL	COOPATRISUL	COOP. DE PROD. AGROP. TRINDADE DO SUL	30
RS	TRÊS PASSOS	PEQUENOS AGRICULTORES	COPEMA	COOP. DE PROD. AGROP. PEQ. E MED. AGRICULTORES	100
RS	SÃO PEDRO	PADRE JOSIMO	COPAES	COOP. DE PROD. PADRE JOSIMO	45
RS	PONTÃO	ANNONI	COOPTAR	COOP. DE PROD. AGROP. CASCATA	70
RS	PIRATINI	CONQUISTA LIBERDADE	COOPAVA	COOP. DE PROD. AGROP. VISTA ALEGRE	46
RS	NOVA SANTA RITA	CAPELA	COOPAN	COOP. DE PROD. AGROP. NOVA SANTA RITA	60
RS	SANTANA LIVRAMENTO	LIBERDADE NO FUTURO	COPAL	COOP. DE PROD. AGROP. LIBERDADE DO FUTURO	54
SC	ABELARDO LUZ	VOLTA GRANDE	COPRANOVA	COOP. DE PROD. AGROP. NOVA SOCIEDADE LTDA	77
SC	ABELARDO LUZ	PAPUÃ II	COOPRAPÃ	COOP. DE PROD. AGROP.	100

				PAPUÃ	
SC	CAMPOS NOVOS	30 DE OUTUBRO	COPAGRO	COOP. DE PROD. 30 DE OUTUBRO	78
SC	DION. CERQUEIRA	CONQ. DA FRONTEIRA	COOPEUNIÃO	COOP. DE PROD. AGROP. UNIÃO DO OESTE	58
SP	ITABERÁ	VÓ APARECIDA	COPAVAL	COOP. DE PROD. "VÓ APARECIDA" LTDA	58
SP	ITAPEVA	PIRITUBA	COPROCOL	COOP. AGROP. DE PROD. COLET. DA ÁREA I DO ASSENT. PIRITUBA	40
SP	PROMISSÃO	PADRE JOSIMO TAVARES	COPAJOTA	COOP. DE PROD. AGROP. PADRE JOSIMO TAVARES	80

Fonte: CONCRAB, 1996.

Tabela 2. Cooperativas Regionais de Produção

UF	MUNICÍPIO	SIGLA	COOPERATIVAS	Nº DE SÓCIOS
PR	CANTAGALO	COAGRI	COOP. DE TRAB. RURAIS E REF. AGR. DO CENTRO OESTE/PR	1.328
PR	LINDOESTE	COARA	COOP. COM. E REF. AGR. DO OESTE DO PR.LTDA	90
RS	HULHA NEGRA	COOPERAL	COOP. REGIONAL DOS ASSENTADOS	870
RS	SARANDI	COANOL	COOP. AGRÍCOLA NOVO SARANDI LTDA	880
SC	ABELARDO LUZ	COOPERJUS	COOP. REG. DE COM. JUSTINO DRASZEWSKI	92
SC	MATOS COSTA	COOPERCON	COOP. REG. DE COM. NOVA CONQUISTA LTDA	192
RS	HULHA NEGRA	COOPTIL	COOP. DE PROD. TRABALHO INTEGRAÇÃO	304
RS	PORTO ALEGRE	CAMAIL	COOP.. AGROP. MISTA DE AÇÃO INTEGRADA	98
SP	PONTAL	COCAMP	COOP. DE COMERCIALIZAÇÃO DO PONTAL	300
PI	SÃO JOÃO	COMASJOSP I	COOP. MISTA DOS ASSENTADOS DE SÃO JOÃO PIAUÍ	130

Fonte: CONCRAB, 1996.

O Sistema Cooperativista dos Assentados visa, enquanto perspectivas, que a produção nos assentamentos acople as seguintes questões:

a) o aproveitamento da grande quantidade de mão-de-obra existente nos assentamentos vai ser feita através das cooperativas de serviço; b) as CPA's continuam sendo a forma superior de organização, mas está claro que elas não agregam toda a mão-de-obra dos assentamentos; c) o que determina as possibilidades de desenvolvimento nos assentamentos não é mais o tamanho do lote (quantidade de terra), mas sim os fatores como: localização (em relação ao mercado), o modelo tecnológico adotado, o volume de capital e o mercado; d) a introdução de agroindústrias nos assentamentos é uma questão estratégica, para o desenvolvimento econômico dos assentamentos e do meio rural no Brasil, envolvendo a juventude e agregando valor aos produtos; e) o Estado tem um papel determinante no desenvolvimento do meio rural. O MST entende que o Estado precisa estar sob o

controle dos trabalhadores e este deve ser um indutor da cooperação, através do crédito, da assistência técnica e da pesquisa; f) neste modelo de Estado os assentados terão dificuldades em conseguir a acumulação primitiva e por isso precisam disputar através da luta política a mais valia social. (Apud. Pasquetti, 1997, p.130)

Essa passagem propicia compreender a cooperação agrícola, internamente à égide organizativa do MST, como uma expressão estratégica para a consecução e materialização das diretrizes do seu projeto de gestão político-territorial. Uma outra questão importante é que existe uma diferencialidade significativa entre a produção e propagação de um discurso e a manifestação/expressão territorial do fenômeno, ou seja, para se compreender as contradições inerentes ao ordenamento territorial da organização cooperativa, internamente ao MST, necessita-se ter como ponto de partida a explicitação paisagística do fenômeno social e não discursos que evidenciam uma configuração genérica e, predominantemente, uma (des)territorialidade.

O Sistema Cooperativista dos Assentados foi concebido tendo como base, basicamente, três objetivos principais, sendo eles:

- **objetivos orgânicos:** refere-se a organicidade do MST, no que tange a garantia da organização dos assentados, ampliando e dimensionando essa participação, qualitativa e quantitativamente, em suas instâncias político-organizativas, além de inserir nessa participação a sociedade local, sindicatos, prefeituras etc.

- **objetivos sócio-políticos:** praticamente refere-se a acoplar a organização da produção, via cooperativização, a um processo mais amplo de resistência à “modernização excludente” e vislumbrar a organização cooperativa como um instrumento de fortalecimento, por meio da idéia de viabilidade econômica, do discurso político-ideológico do MST, atinente ao seu projeto mais amplo de gestão territorial;

- **objetivos econômicos:** referem-se ao desenvolvimento da cooperação agrícola como uma forma de agregar valor a produção, por meio da diversificação e agroindustrialização, e, por conseguinte, concorrer potencialmente no mercado, visando o próprio fortalecimento do MST como um todo.

Para subsidiar o trabalho de base a Confederação elaborou cartilhas que orientam as cooperativas com relação às questões contábil, previdenciária-trabalhista e política. A CONCRAB também promove cursos de capacitação técnica nos assentamentos, como os Laboratórios Organizacionais de Campo (LOC) e os cursos de Formação Integrada na Produção (FIP). Para estruturar essas atividades, em escala nacional, de capacitação técnica, a CONCRAB fundou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e a Escola Josué de Castro, em Veranópolis/RS, que coordena o Curso Técnico de segundo grau em administração cooperativista (TAC), reconhecido pelo MEC.

Os principais desafios no que diz respeito a organização da produção internamente ao MST referem-se basicamente a conscientização dos assentados visando a maximização da propriedade coletiva dos meios de produção, questão esta que perpassa pelo espectro sociocultural dos assentados; além de maximizar e dimensionar a agroindustrialização nos assentamentos de reforma agrária, como forma de agregar valor à matéria-prima. Na tabela 3, temos algumas referências da agroindustrialização nos assentamentos.

A partir de 1995, no que tange a organização da produção inerente à estrutura organizativa do MST, dimensionou-se o processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados; a territorialização das Cooperativas de Produção Agropecuárias e das Cooperativas Regionais de Comercialização e Prestação de Serviços; além do fortalecimento orgânico da CONCRAB e de verticalização de estudos e experiências (como selecionar linhas de produção; discussões atinentes à compreensão da lógica do mercado, etc.) e propagação das agroindústrias e da diversificação da produção. Assim, partindo desse processo cumulativo de experiências, a lógica político-estratégica do MST é construir um sistema que siga uma certa lógica na questão da produção, de controlar qualidades e marcas que tornem-se referência em nível regional e nacional, visando, portanto, o domínio de uma determinada linha de produção. Assim a organização da produção, via cooperativização, não deve ser compreendida apenas como um fenômeno técnico-econômico, mas como uma estrutura socioeconômica que congrega o processo de (re)organização do trabalho e (re)estruturação tecnológica, cuja tendência é a implementação de diversos setores agroindustriais, com a diversificação da produção, visando agregar valor às matérias-primas agrícolas e concorrer potencialmente no mercado, tendo como prerrogativa a sustentação/verticalização político-ideológica intrínseca ao projeto tático-estratégico, internamente aos programas de ação política do MST. A organização cooperativa é entendida como uma forma de organização do trabalho e da produção, cujo objetivo é expressar, enquanto resultados pelo processo de gestão político-territorial em pauta. Ou seja, a cooperação agrícola, internamente ao MST, coloca-se como uma estrutura socioeconômica cuja introspecção volta-se para a própria consolidação da sua sustentabilidade político-ideológica.

Tabela 3 . Agroindustrialização nos Assentamentos.

TIPO - UNIDADE	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO
Beneficiamento do milho	Coop. Central	Cantagalo/PR	Fubá, Biju, Canjica, Farelo (100kg/Hs)
Beneficiamento do milho	ABAPAN	Castro/PR	Fubá – 100 kg/hs, Biju – 120 kg/hs, Canjica 1000kg/hs, Farelo 450kg/hs
Beneficiamento de arroz	ABAPAN	Castro/PR	Arroz – 100kg/hs
Beneficiamento de arroz	Coop. Central	Querência do Norte/PR	Arroz – 720kg/hs
Beneficiamento de erva-mate	Coop. Central	Santa Maria do Oeste/PR	Erva-Mate – 3500 E.Verde/Hora
Abate e transf. de suíno/bovino	Coop. Central	Lindoeste/PR	80 suínos ou 40 bovinos (8 H – dia)
Abate e transformação de suíno	COOPAIL	Ibirubá/RS	Suíno – 6 animais/dia
Resfriamento de leite	COOANOL	Sarandi/RS	Leite – 13.000 L/dia
Beneficiamento de café	COOPRAVA	São Mateus/ES	Café – 100 sc./dia
Beneficiamento de mandioca	Ass. N. Sra. Rosário	Prado/BA	Farinha de Mandioca (1200 Sc/Mês)
Beneficiamento de cana-de-açúcar	Ass. N. Sra. Rosário	Prado/BA	Aguardente – 12.000 L/Mês
Beneficiamento de leite	COOPAGUIA	Minsenhora Tabosa/CE	Queijo – 242 Kg/Safra
Beneficiamento de mandioca	COOPAGLAN	Itarema/CE	Farinha de Mandioca –

			439 T/Ano
Beneficiamento de mandioca	Assoc. Central	Touros/RN	Farinha de Mandioca – 3600 Kg/dia

Fonte: CONCRAB, 1996.

As Formas de Cooperação Agrícola da Estrutura Organizativa do MST.

Durante todo o período de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados, consubstanciado e verticalizado na fundação da CONCRAB, diversas são as formas de cooperação agrícola, ou seja, a inserção dos assentados na seara dessa (re)organização do trabalho e da produção expressa-se enquanto um prisma de diferencialidades, que devem ser compreendidas tanto do ponto de vista da estrutura política e organizativa do MST, como da própria diversidade concernente ao espectro sóciopolítico e cultural dos assentados. Assim, a importância da compreensão da contradição inerente à essa diferencialidade em pauta diz respeito a necessidade de considerar o conjunto de relações e mediações que dão conformação ao ordenamento territorial da cooperativa e a identificação da diferencialidade de inserção dos assentados no processo cooperativo, no que tange à organização coletiva ou individual do trabalho, - enraizada à concepção de gestão coletiva ou individual da terra - que, por sua vez, está imbricada às concepções socioculturais dos assentados.

A materialização e o assentamento territorial das diversas formas de cooperação agrícola são influenciadas/ “determinadas” pelas condições *objetivas e subjetivas* dos assentados, sendo que as condições *objetivas* referem-se ao nível de acumulação, de condições concretas para determinado tipo de produção (condições morfoclimáticas, aparato tecnológico, estrutura produtiva, divisão do trabalho etc.), e as condições *subjetivas* referem-se ao grau de consciência política do assentado, vinculado à sua concepção de mundo e práxis social.

As formas de cooperação agrícola nos assentamentos vinculados à égide organizativa do MST são as seguintes (CONCRAB, 1996):

a) Grupos de Famílias: Direcionada a assentamentos no qual os assentados já estão estabelecidos de forma individual, tendo dificuldades em evoluir para experiências associativas consideradas mais avançadas. O núcleo de produção é uma fusão de, no mínimo, sete famílias. Como a terra e os instrumentos de produção estão sob o controle individual, o planejamento da produção é realizado individualmente. Normalmente as moradias localizam-se nos lotes individuais, sendo que há a necessidade legal autônomo para a formação dos grupos. De acordo com o vislumbre do MST, com o tempo, o grupo de produção familiar deve evoluir para um outro estágio, dito mais avançado, da organização da produção.

b) Associação ou grupo de máquinas: É formada por pessoas que se organizam em conjunto com a finalidade de adquirir um trator ou outro equipamento de produção. A associação tem personalidade jurídica, com estatuto, regimento interno e seus associados estabelecem uma forma de administração desse instrumento de produção para que o conjunto se beneficie de sua utilidade. Segundo o MST, a associação de máquinas é uma das experiências mais desenvolvidas em seus assentamentos (CONCRAB, 1996). Como a terra permanece como lote individual, isso significa que o planejamento da produção ocorre de forma individual, mas todos investimentos feitos na associação estão sob o controle da associação e as moradias, geralmente, são

construídas nos lotes individuais.

c) Grupo de produção semicoletivizada (semicoletivos): Essa forma de organização predominou durante o período de 1985-1988 nos assentamentos. Essa forma de organização apresenta em sua essência um grau de oscilação constante, sendo que ou ele avança para um nível maior de coletivização ou retrocede para uma individualização cada vez maior do processo de produção e a dificuldade maior apresentada refere-se a conciliação dos interesses coletivos e individuais. Uma parcela do lote é destinada para o uso coletivo e uma outra parcela é dedicada para o uso individual, sendo que parte do planejamento da produção e o investimento é feito de forma coletiva e outra parte de forma individual. As moradias, geralmente, são construídas em formas de agrovilas. Esses grupos de organização geralmente funcional na informalidade, ficando a elaboração de um regimento interno em condição optativa. Para o MST essa forma de organização já expressa um “avanço” para as formas mais avançadas de coletivização.

d) Grupo de produção coletivizada (coletivos): Esses grupos expressam em sua organização uma disposição em estabelecer o processo de produção de forma coletiva. O título de propriedade ou concessão de uso da terra, geralmente, permanece em nome do indivíduo membro do grupo, mas a terra fica sob o comando do coletivo, restando uma determinada parcela destinada à subsistência do indivíduo. O planejamento e os investimentos direcionados a produção ficam sob égide do coletivo. Os grupos são organizados por setores de produção e a distribuição, organização e especialização da mão-de-obra se dá através dele. Normalmente as moradias são construídas em forma de agrovilas.

e) Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CPS's): Esse tipo de cooperativa tem por finalidade organizar o processo de compra e venda da produção e de bens de consumo para os associados, além da possibilidade de implantar agroindústrias para beneficiar a produção nos assentamentos e, tendo como base estudos direcionados à viabilidade econômica, definir as linhas de produção a serem desenvolvidas e elaborar um planejamento centralizado da produção vinculada à cooperativa.

g) Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's): Foram implantadas, dentro do processo cumulativo de experiências internamente à estrutura sóciopolítica do MST, a partir de 1989 e são consideradas pelo Movimento como uma forma superior da organização da produção, o seu estágio mais avançado. O que diferencia a Cooperativa de Produção Agropecuária de um grupo de produção coletivizado ou de uma associação é sua personalidade jurídica, porque ao ser registrada como uma empresa cooperativista passa a ser regida pela legislação cooperativa brasileira. A terra permanece sob o controle do coletivo, ficando apenas uma parcela dedicada à subsistência do associado e o planejamento do processo produtivo é inerente à expressão organizativa da CPA. A organização/divisão do trabalho se dá, internamente, por meio dos setores de produção e serviços, como os setores de grão, animal, de máquinas e o setor administrativo. O planejamento da produção é coletivo e baseado em estudos técnicos que definem as linhas de produção e a ordem de prioridades a serem implantadas. No tange à moradia, estas são construídas sob forma de agrovilas. Quanto à estrutura organizacional, a CPA geralmente é gerenciada por um Conselho de Administração ou Deliberativo ou, ainda, Coordenação. Cada CPA define sua instância representativa, composta por um membro de cada setor de produção e serviço. Dessa instância é escolhido um Conselho Diretor ou uma Diretoria Executiva. O órgão máximo deliberativo de poder dentro da estrutura de uma CPA é a

Assembléia Geral da Cooperativa.

A estruturação das diversas formas de cooperação agrícola, internamente ao processo de verticalização político-territorial do MST, pode ser dividida em 4 fases:

- 1ª Fase (1980-1986): predomínio dos grupos coletivos, sendo um período caracterizado pela forma de cooperação simples, que procuram reunir os interessados em grupos de 10 a 30 famílias;
- 2ª Fase (1987-1989): período em que predominou as associações, que podiam ser de dois tipos: grupos que trabalhavam coletivamente ou grandes associações com todos os interessados do assentamento;
- 3ª Fase (1989-1992): período caracterizado pelo desenvolvimento das formas de organização da produção, com a criação do SCA e, posteriormente, da CONCRAB;
- 4ª Fase (1992-1997): período caracterizado pelo predomínio das cooperativas, mantendo e incentivando à diversidade de formas de organização do trabalho (coletivo ou individual), com a consolidação do processo de agroindustrialização, tendo como objetivo central agregar valor à produção, por meio da diversificação da produção e, por conseguinte, concorrer potencialmente no mercado.

Faz-se necessário ressaltar que a hegemonia da propriedade individual pauta-se na própria essência sociocultural dos assentados. Num primeiro momento, o MST negava, enquanto expressão tático-estratégica o assentamento dessa lógica calcada na propriedade individual, mas com o tempo, principalmente após a estruturação e consolidação da CONCRAB, o MST alterou o seu discurso, incentivando e reconhecendo a materialização dessa lógica, já que a relação entre o discurso anterior e sua expressão territorial era dispare e contraditória, pois era um discurso da direção do MST. Atualmente sua estratégia é que, paulatinamente, os assentados percebam a inviabilidade da propriedade individual e passem a reconhecer na propriedade coletiva uma forma não só de viabilidade econômica, mas como uma forma de sustentabilidade político-ideológica.

Considerações finais.

O processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados deve ser compreendido no âmago da dinâmica de territorialização e espacialização do MST no Brasil, sendo que esse apresenta-se, em sua essência, como expressão tático-estratégica inerente ao projeto mais amplo de gestão político-territorial do MST, dimensionado e desenvolvido no interior de um processo cumulativo de debates e experiências inerentes à verticalização e consolidação político-ideológica do MST. Assim, a organização cooperativa atinente à estrutura/lógica organizativa do MST não deve ser compreendida restritamente à sua faceta econômica, da produtividade, do aparato tecnológico, mas como expressão do próprio ordenamento territorial intrínseco à condição estratégica de sustentação política em pauta, no qual, a partir de resultados concretos este (MST) busca solidificar sua própria organicidade.

Bibliografia.

- BOITTO JR., A. *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil*. In: Crítica Marxista. São Paulo: Brasiliense. V.1, nº3, 1996, p.80-105.
- CODAS, Gustavo. *A reforma trabalhista neoliberal*. Quinzena, nº243, 15 de mar.1997.
- *CONCRAB: quatro anos organizando a cooperação*, São Paulo: Revista Concrab, 1996.
- *ECONOMIA mundial muda cooperativismo*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 23 de nov. 1994.
- DUDA, Manoel Messias. *Organizar a comercialização dos assentados da COCAMP: o estudo de caso dos assentamentos Santa Clara, Estrela Dalva e Bom Pastor*. Trabalho de conclusão do Curso Técnico de Administração de Cooperativas. Veranópolis, 1997.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FUOCO, Taís. *Cooperativas: os dois lados da moeda. As formas de trabalho cooperado criam polêmica sobre o futuro do emprego no Brasil e as garantias sociais dos trabalhadores*. Quinzena, Jun. 1996.
- *LARANJA: do suor ao suco*. Quinzena, nº 160, mar. 1996.
- LÊNIN, V.I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LOPES, Luís Carlos. *Linhas de crédito beneficiam sem-terra*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 de Maio de 1997.

- MOURA, Ronaldo de. *Cooperativas de trabalho: inclusão social ou precarização do emprego?* Revista Interação.
- OLIVEIRA, A.U. *Agricultura e Indústria no Brasil*. Boletim Paulista de Geografia, nº58. São Paulo: AGB, 1981.
- PASQUETTI, L. A *A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997.
- PEREZ, Luís. *Cooperativa é opção contra desemprego*. O Estado de São Paulo, São Paulo.
- PIMENTEL, Andréia Eloiza Bueno. *Diversificação e agroindustrialização em cooperativas de produção agropecuária: um estudo sobre a reestruturação produtiva-organizacional*. UFSCAR: Projeto de Dissertação de Mestrado.
- PRADO JR., C. *A questão agrária no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- *PRODUÇÃO alternativa, diferente e de oposição*. Revista Sem Terra, nº1, jul./ago./set., 1997, p.17 e 18.
- *REFORMA agrária e o MST*. Seminário, INCA, mar. 1992.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SHANIN, T. *Campesinos y sociedades campesinas*. Fundo de Cultura Econômica, México, 1975. p-214-236.
- SILVA, J. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- SILVA, Paulo Roberto Correia da; GEBARA, José Jorge; PINOTTI, Luís Rodrigo. *Direito sonogado: o caso das cooperativas de trabalhadores rurais*. Brasília: INESC, nº 30, 1997.
- STÉDILE, J.P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- THOMAZ JR., A. *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana. (Uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do Movimento Sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.